

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
A ESTRUTURA CONCEITUAL DA CONTABILIDADE
E A PRÁTICA DO PROCESSO DE ESCRITURAÇÃO
TROPICÁLIA IND. COM. DE ROUPAS LTDA.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

ABRIL, 2020

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

A ESTRUTURA CONCEITUAL DA CONTABILIDADE
E A PRÁTICA DO PROCESSO DE ESCRITURAÇÃO
TROPICÁLIA IND. COM. DE ROUPAS LTDA.

MÓDULO CONTABILIDADE APLICADA

TEORIA DA CONTABILIDADE – PROF. LUIZ FERNANDO
PANCINE

CONTABILIDADE COMERCIAL – PROF. LUIZ FERNANDO
PANCINE

ESTUDANTES:

Isadora Mendes Claudio, RA 18000355
Sandra Mara Concentine, RA 18001254

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

ABRIL, 2020

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Nota fiscal compra	14
Figura 2: Lançamento contábil aquisição matéria prima.....	15
Figura 3: Nota fiscal de venda.....	15
Figura 4: Lançamento contábil Venda de produtos.....	15
Figura 5: Desconto de duplicatas.....	16
Figura 6: Apuração ICMS e IPI a pagar	16
Figura 7: Folha de Pagamento	16
Figura 8: Contabilização Folha de Pagamento	17

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA	9
3. PROJETO INTEGRADO	10
3.1 TEORIA DA CONTABILIDADE	10
3.1.1 ESTRUTURA CONCEITUAL DA CONTABILIDADE	10
3.2.1 FATOS ADMINISTRATIVOS	14
3.2.2 SISTEMAS CONTÁBEIS	17
4. CONCLUSÃO	19
ANEXO A – TELAS DE SISTEMAS E PLANO DE CONTAS	21

1. INTRODUÇÃO

Nosso Projeto Integrado (PI) fará a análise sobre a Estrutura Conceitual da Contabilidade, realizando, ao mesmo tempo, uma análise sobre a prática do processo de escrituração dos fatos administrativos.

“A ESTRUTURA CONCEITUAL DA CONTABILIDADE E A PRÁTICA DO PROCESSO DE ESCRITURAÇÃO”, estabelece as bases para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

E foi com a criação do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) que tem o objetivo de analisar e emitir pronunciamentos técnicos que foram sendo padronizadas as normas de contabilidade brasileira e internacionais.

2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA

Neste trabalho apresentaremos a empresa Tropicália Indústria e Comércio de Roupas Ltda, inscrita no CNPJ 12.321.678/0001-23, com sede na Rua Irmãos Souza de Lima, 360 - Vila Operária, São João da Boa Vista - SP.

A Tropicália atua no ramo de confecção e comércio de roupas femininas, sendo os principais produtos confeccionados e vendidos:

- Vestidos
- Calças pantalonas
- Blusas
- Macacão

A empresa realiza sua própria escrituração contábil com profissional habilitado e com um sistema integrado.

3. PROJETO INTEGRADO

Apresentamos nesta parte do PI o estudo de caso de cada unidade de uma empresa real com dados fictícios.

3.1 TEORIA DA CONTABILIDADE

Segundo a CPC 00, os principais interessados nos relatórios financeiros são: os investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais. Mas, nada impede que esse relatório seja solicitado em outras situações, pois é utilizado para verificar a saúde financeira da empresa e pode também auxiliar na tomada de decisões, entre outros. E tem por finalidade:

“(a) auxiliar o desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) para que tenham base em conceitos consistentes;

(b) auxiliar os responsáveis pela elaboração (preparadores) dos relatórios financeiros a desenvolver políticas contábeis consistentes quando nenhum pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil;

(c) auxiliar todas as partes a entender e interpretar os Pronunciamentos.”

3.1.1 ESTRUTURA CONCEITUAL DA CONTABILIDADE

Compreensibilidade

Para melhor análise e utilização dos relatórios financeiros no processo de tomada de decisões, é necessário que eles sejam compreendidos pelos usuários. De acordo com o CPC, as partes interessadas devem ter o mínimo de conhecimento da sobre a atividade

econômica da empresa e também de contabilidade, mas mesmo assim, algumas informações não podem ser facilmente compreendidas e exigem um pouco mais de detalhamento, entretanto, as informações apresentadas devem ser claras e objetivas, para melhor entendimento dos interessados.

Relevância

Para serem úteis, as informações devem também ser relevantes à necessidade dos usuários na tomada de decisões. A informação relevante diminui a incerteza, é aquela que ajuda os usuários a fazerem previsões sobre os resultados e pode ser utilizada como um dado de entrada em processos utilizados pelos usuários para prever resultados futuros da organização.

De acordo com o CPC, a informação pode ser capaz de fazer a diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não utilizar a informação (não levar em consideração), ou já conhecer a informação por meio de outras fontes.

Materialidade

A materialidade não deve ser confundida com a relevância, mas deve ser entendida como um aspecto de relevância da empresa. A informação pode apresentar todas as características úteis, porém, se a sua exclusão não interferir na tomada de decisão do usuário, essa informação não é material, ou seja, não é relevante. A ideia de materialidade tem sido utilizada num sentido positivo para determinar o que deve ser divulgado nos relatórios. Ou seja, a informação é considerada material e então sua divulgação é necessária, caso o conhecimento seja importante para os usuários.

Dessa forma a informação será material quando a sua divulgação de forma distorcida influenciar nas tomadas de decisões. A materialidade depende do tamanho do item ou do erro, julgado nas circunstâncias específicas de sua omissão ou distorção.

Representação fidedigna (confiabilidade)

Para ser útil, a informação não basta apenas ser relevante também deve ser confiável, ou seja, deve estar livre de erros. Para isso, é essencial que as informações representem fielmente a saúde financeira da empresa. Sendo assim, conforme a CPC 00, as informações contidas nos relatórios precisam possuir três atributos: ser completa, neutra e livre de erro. Deve incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fato apresentado, incluindo informações e explicações necessárias. Assim,

para ser confiável, a informação deve representar adequadamente as transações e outros eventos que ela diz representar, uma representação fidedigna não representa que a informação seja perfeitamente exata em todos os aspectos, mas deve ser produzida a partir de um processo livre de erros.

3.1.2 POSTULADOS, PRINCÍPIOS E CONVENÇÕES

Postulados

Postulado Contábil da Entidade: define a entidade com personalidade própria, não sendo permitido confundir o patrimônio da empresa com o patrimônio dos sócios ou seja, não se deve misturar gastos pessoais com os gastos da organização, independente da entidade gerar ou não lucros, se ela é de direito público ou privado, e se é uma sociedade ou proprietário individual. A empresa não se confunde com a pessoa física do sócio.

Postulado Contábil da Continuidade: determina que a organização não tem data específica para encerramento das atividades, devendo ter seu patrimônio avaliado pela sua capacidade de gerar lucros futuros.

Princípios

Entidade: o patrimônio dos sócios não se confunde com o patrimônio da empresa.

Continuidade: a organização não tem data específica para encerramento das atividades.

Oportunidade: processo de apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações honestas e tempestivas.

Registro pelo valor original: o patrimônio deve ser registrado pelo valor original, expresso em moeda nacional.

Competência: determina que as transações e outros eventos sejam registrados nos períodos a que se referem, independentemente do pagamento.

Prudência: determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo.

Convenções

Convenção da Consistência: uma vez adotado determinado processo, ele não deverá ser mudado com frequência. Se, por exemplo, for adotado o método PEPS para avaliação de estoques, ao invés do UEPS, este deverá ser usado nos próximos períodos. A finalidade desta convenção é reduzir as inconsistências entre os relatórios, caso ocorra uma mudança ele deve ser bem documentado.

Convenção do Conservadorismo: o registro deve sempre ser o mais conservador possível no que se refere a precaução do contador para nunca antecipar lucro, ou seja, sempre que o contador se deparar com alternativas válidas de atribuir valores diferentes a um elemento do ativo ou do passivo, deverá optar pelo mais baixo para o ativo e pelo mais alto para o passivo

A Convenção da Materialidade: os fatos registrados devem ser registrados conforme acontecerem objetivando sua relevância na mudança patrimonial.

Convenção da Objetividade: os registros devem ser realizados conforme os documentos apresentados independente dos seus resultados. A finalidade desta convenção é eliminar áreas de escolha de critérios, principalmente de valor.

3.2 CONTABILIDADE COMERCIAL

Realizaremos uma análise sobre a prática do processo de escrituração dos fatos administrativos, utilizando para isso um sistema contábil real, embasados na Lei 10.406/2002 onde o art. 179 determina que: “Todo empresário ou sociedade empresária

está obrigada a escrituração uniforme de seus livros através de documentação respectiva, demonstrando anualmente o balanço patrimonial e o resultado econômico”.

3.2.1 FATOS ADMINISTRATIVOS

Faremos a demonstração de lançamentos contábeis de alguns fatos administrativos, conta a débito, a conta a crédito e o valor de cada lançamento, mencionando o respectivo grupo do Balanço Patrimonial ou da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) onde a mesma é evidenciada. E em seguida explicaremos o embasamento contábil para sua realização.

- Compra de matéria prima e mercadorias:

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE		DANFE Documento Auxiliar da NOTA FISCAL ELETRÔNICA		CHAVE DE ACESSO 4216 0879 6834 9600 0103 5500 3000 1428 4710 0321 7584																			
TEXTIL S/A RUA UM, 01 CENTRO - SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP CEP: 13870-000 Fone: (19)9999-0000		0 - ENTRADA 1 - SAÍDA <input checked="" type="checkbox"/> 1 Nº 000.001 SÉRIE: 1 FOLHA: 1/1		Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora																			
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA DE PRODUÇÃO DO ESTABELECIMENTO		INSCRIÇÃO ESTADUAL 111.111.111.111		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342160098362386 13/04/2020 08:15:45																			
DESTINATÁRIO/REMETENTE RACIONAL SOCIAL TROPICALIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA		CNPJ/CPF/INSCRIÇÃO ESTADUAL 12.321.678/0001-23		DATA DE EMISSÃO 13/04/2020																			
RUA IRMAOS SOUZA DE LIMA, 360		CNPJ/CPF/INSCRIÇÃO ESTADUAL 13.874-000		DATA DE SUBSCRITAÇÃO 13/04/2020																			
MUNICÍPIO SAO JOAO DA BOA VISTA		UF SP		INSCRIÇÃO ESTADUAL 121.212.121																			
FATURA/DUPLICATA 000001/01 16/05/20 R\$ 5040,00		CNPJ/CPF/INSCRIÇÃO ESTADUAL 121.212.121		INSCRIÇÃO ESTADUAL 121.212.121																			
CÁLCULO DO IMPOSTO		VALOR DO ICMS 864,00		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 4.800,00																			
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 4.800,00		BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00		VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00																			
VALOR DO FRETE 0,00		VALOR DO SEQUIL 0,00		VALOR DO IPI 240,00																			
DESCONTO 0,00		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00		VALOR TOTAL DA NOTA 5.040,00																			
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTA 0-Emitente		PLACA DO VEÍCULO																			
RAZÃO SOCIAL TEXTIL S/A		CÓDIGO ANTT		UF																			
MUNICÍPIO		UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL																			
QUANTIDADE		ESPÉCIE		MARCA																			
NOMENCLATURA		PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO																			
DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO		CST		CFOP		UNID.		QUANT.		VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL		BC ICMS		VALOR ICMS		VALOR IPI		ALIQ. ICMS		ALIQ. IPI	
01	TECIDO TRICOLINE	--	000	5101	MT	100	2,00	200,00	200,00	36,00	10,00	18	5										
02	TECIDO BRIM	--	000	5101	MT	200	2,50	500,00	500,00	90,00	25,00	18	5										
03	TECIDO VISCOSE	--	000	5101	MT	500	3,80	1.900,00	1.900,00	342,00	95,00	18	5										
04	TECIDO VISCO LYCRA	--	000	5101	MT	500	4,70	2.200,00	2.200,00	396,00	110,00	18	5										

Figura 1: Nota fiscal compra

LANÇAMENTOS CONTÁBEIS:

AQUISIÇÃO MATÉRIA PRIMA
NF 001

C	Fornecedor	5,040.00	PC
D	Estoque	3,936.00	AC
D	ICMS Rec.	864.00	AC
D	IPI Rec.	240.00	AC

Figura 2: Lançamento contábil aquisição matéria prima

- Vendas de mercadorias


IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE TROPICALIA IND E COM DE ROUPAS LTDA RUA IRMAOS SOUZA DE LIMA, 360 VL OPERARIA - SÃO JOÃO BOA VISTA - SP CEP: 13874-000 Fone: (19) 91999-0101		DANFE Documento Auxiliar da NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA Nº 000.001 SÉRIE: 1 FOLHA: 1/1	 CHAVE DE ACESSO 4216 0879 6834 9600 0103 5500 3000 1428 4710 0321 7584 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora									
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA DE PRODUCAO DO ESTABELECIMENTO INSCRIÇÃO ESTADUAL 121.212.121		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 3421 60098362386 20/04/2020 08:15:45 CNPJ 12.321.678/0001-23										
DESTINATÁRIO/REMETENTE RAZÃO SOCIAL VISUAL MODAS LTDA ENDEREÇO RUA TREZE DE MAIO, 520 MUNICÍPIO CAMPINAS		CNPJ/CPF/ME/Empresário 01.400.500/0001-10 DATA DE EMISSÃO 20/04/2020	DATA DE SAÍDA/ENTRADA 20/04/2020 HORA DE SAÍDA 08:14:52									
FONE/FAX (19) 2121-1122		BAIRRO/CIDADE VILA ISABEL CEP 13.040-000	UF SP INSCRIÇÃO ESTADUAL 100.200.300									
FATURA/DUPLICATA 000001/01 19/05/20 R\$ 9.030,00												
CÁLCULO DO IMPOSTO												
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 8.600,00		VALOR DO ICMS 1.548,00										
VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 8.600,00										
VALOR DO FRETE 0,00		VALOR DO IPI 430,00										
VALOR DO DESPESO 0,00		VALOR TOTAL DA NOTA 9.030,00										
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS												
RAZÃO SOCIAL TROPICALIA IND E COM DE ROUPAS LTDA		FRETE POR CONTA 0-Emitente										
ENDEREÇO		CÓDIGO ANTT										
QUANTIDADE ESPÉCIE		PLACA DO VEÍCULO										
MARCA		UF										
NUMERAÇÃO		INSCRIÇÃO ESTADUAL										
PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO										
DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO												
CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	CST	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	BC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
01	CALÇA PANTALONA	--	000 5101	UN	10	50,00	500,00	500,00	90,00	25,00	18 5	
02	VESTIDOS VISCOSE	--	000 5101	UN	20	80,00	1.600,00	1.600,00	288,00	80,00	18 5	
03	BLUSAS VISCO LYCRA	--	000 5101	UN	50	35,00	1.750,00	1.750,00	315,00	87,50	18 5	
04	MACACÃO BRIM	--	000 5101	UN	50	95,00	4.750,00	4.750,00	855,00	237,50	18 5	

Figura 3: Nota fiscal de venda

VENDA PROD. ESTABELECIMENTO
NF 001

D	Dupl.Receber	9,030.00	AC
C	IPI Recolher	430.00	PC
C	Vendas Merc	8,600.00	DRE

D	Ded.Vendas	1,548.00	DRE
C	ICMS Recolher	1,548.00	PC

Figura 4: Lançamento contábil Venda de produtos

- Operações financeiras (desconto de duplicatas)

Duplicatas Descontadas

Recebimento pela Instituição que descontou as duplicatas:

D	Banco	8,804.25	AC
D	Taxa Desc.	225.75	DRE
C	Dupl.Desc.	9,030.00	PC

Pelo recebimento da duplicata:

D	Dupl.Desc.	9,030.00	PC
C	Dupl.Receber	9,030.00	AC

Figura 5: Desconto de duplicatas

- Apuração de ICMS e IPI a pagar

Apuração ICMS

D	ICMS a Recup.	864.00	AC	(Aquisição Matéria Prima)
C	ICMS a Recolher	1,548.00	PC	(Venda Mercadoria)

ICMS a Recolher 684.00

Apuração IPI

D	IPI a Recup.	240.00	AC	(Aquisição Matéria Prima)
C	IPI a Recolher	430.00	PC	(Venda Mercadoria)

IPI a Recolher 190.00

Figura 6: Apuração ICMS e IPI a pagar

- Folha de pagamento

FUNCIONÁRIOS	C.C.	PROVENTOS			DESCONTOS				SALÁRIO LIQUIDO
		SALÁRIOS	H.EXTRAS	COMISSÕES	FALTAS	AD.SALARIO	INSS	IRRF	
ADMINISTRATIVO	300	8,300.00	890.00		-55.00	-3,320.00	-822.00	-283.00	4,710.00
COMERCIAL	320	6,000.00	190.00	5,400.00	-127.00	-2,400.00	-1,030.00	-321.00	7,712.00
PRODUÇÃO	330	7,500.00	795.00		-93.00	-3,000.00	-738.00		4,464.00
		21,800.00	1,875.00	5,400.00	-275.00	-8,720.00	-2,590.00	-604.00	16,886.00

FGTS - 8%	730.80	INSS - 22%	2009.70
	917.04		2521.86
	656.16		1804.44

Figura 7: Folha de Pagamento

TROPICALIA

Planilha de contabilização da folha de pagamento

MARÇO/2020

VENCIMENTOS					
		Valor		C. Custo	
D	Desp. C/ Salário	8,300.00	300	Administração	DRE
D	Horas Extras	890.00	300	Administração	DRE
D	Desp.c/ Salário	6,000.00	320	Vendas	DRE
D	Horas Extras/Comissões	5,590.00	320	Vendas	DRE
D	Desp.c/ Salário	7,500.00	330	Produção	DRE
D	Horas Extras	795.00	330	Produção	DRE
C	Desp.Salário (faltas)	55.00	300	Administração	DRE
C	Adiant. Salário	3,320.00	300	Administração	AC
C	INSS	822.00	300	Administração	PC
C	IRRF	283.00	300	Administração	PC
C	Desp.Salário (faltas)	127.00	320	Vendas	DRE
C	Adiant. Salário	2,400.00	320	Vendas	AC
C	INSS	1,030.00	320	Vendas	PC
C	IRRF	321.00	320	Vendas	PC
C	Desp.Salário (faltas)	93.00	330	Produção	DRE
C	Adiant. Salário	3,000.00	330	Produção	AC
C	INSS	738.00	330	Produção	PC
C	IRRF	0.00	330	Produção	PC
C	Salários a Pagar	16,886.00		Total	

TOTAIS					
				C. Custo	Hist.
D	INSS	2,009.70	300	Administração	DRE
D	INSS	2,521.86	320	Vendas	DRE
D	INSS	1,804.44	330	Produção	DRE
C	INSS a Recolher	6,336.00		Vlr.INSS.s/Folha n/mês	PC

TOTAIS					
		Valor		C. Custo	Hist.
D	FGTS	730.80	300	Administração	DRE
D	FGTS	917.04	320	Vendas	DRE
D	FGTS	656.16	330	Expedição	DRE
C	FGTS a Recolher	2,304.00		Vlr. FGTS n/ mês	PC

Figura 8: Contabilização Folha de Pagamento

3.2.2 SISTEMAS CONTÁBEIS

A empresa possui um sistema contábil integrado (ERP). Sendo assim todas as aquisições de matéria prima, mercadorias, despesas uso e consumo são lançadas através de Notas Fiscais de entrada, documentos idôneos, no qual já alimenta o estoque, fornecedores, financeiro (contas a pagar), despesas por centro de custo (consumo).

O setor comercial após confirmação das vendas, geram os pedidos para emissão das notas fiscais de saídas onde o estoque já é baixado, duplicatas a receber gerados, financeiro (contas a receber).

Através desses lançamentos os impostos municipais e estaduais também serão calculados.

Todas essas rotinas estão amarradas ao plano de contas criado especificamente para a empresa que realizará a integração dos lançamentos contábeis, os ajustes necessários, a conciliação de contas, cálculo dos impostos federais (Pis, Cofins, IRPJ e CSLL), geração do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), chegando finalmente a elaboração das demonstrações contábeis para análise de lucro ou prejuízo.

Para melhor exemplificação, a equipe pode utilizar “*prints*” das telas do sistema.

4. CONCLUSÃO

Concluimos que, o CPC 00 traz orientações importantes para a elaboração dos relatórios financeiros para melhor compreensão dos fatos, apresentando alguns pontos relevantes como a materialidade, relevância, confiabilidade e compreensibilidade. Abordamos também, normas, princípios e convenções contábeis, que fazem parte do dia a dia, e orientam os profissionais da contabilidade e as entidades.

Com isso torna-se mais fácil a compreensão da rotina para as pessoas que trabalham nesta área, e facilita também o entendimento para as entidades que necessitam analisar estas demonstrações.

REFERÊNCIAS

TEORIA DA CONTABILIDADE. Disponível em:
<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/teoria_da_contabilidade.htm>
Acesso em: Abril de 2020.

POSTULADOS E PRINCÍPIOS CONTÁBEIS. Disponível em:
<<https://portaldeauditoria.com.br/postulados-e-principios-contabeis/>> Acesso em: Abril de 2020.

POSTULADOS, PRINCÍPIOS GERALMENTE ACEITOS E CONVENÇÕES. Disponível em:
<<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/postulados-principios-geralmente-aceitos-e-convencoes/24902>> Acesso em: Abril de 2020.

AULA RESUMO: ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO – CPC 00. Disponível <<http://momentodeestudar.com.br/resumo-contabilidade-estrutura-conceitual-elaboracao-divulgacao-relatorio-contabil-financeiro-cpc-00/>>
Acesso em: Abril de 2020.

CONTABILIZAÇÃO DE DUPLICATAS DESCONTADAS. Disponível em:
<<https://www.contabeis.com.br/forum/contabilidade/300963/contabilizacao-de-duplicatas-descontadas/>> Acesso em: 15 abril de 2020.

FINALIDADE DA ESTRUTURA CONCEITUAL DA DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL. Disponível em: <<https://proeducacional.com/ead/curso-preparatorio-conteudo-global-i/capitulos/estrutura-conceitual-basica/aulas/aula-118/>> Acesso em: 16 de abril de 2020.

ANEXO A – TELAS DE SISTEMAS E PLANO DE CONTAS

Figura 1 - Entrada de Notas Fiscais

Fonte: Tela Sistema XXX

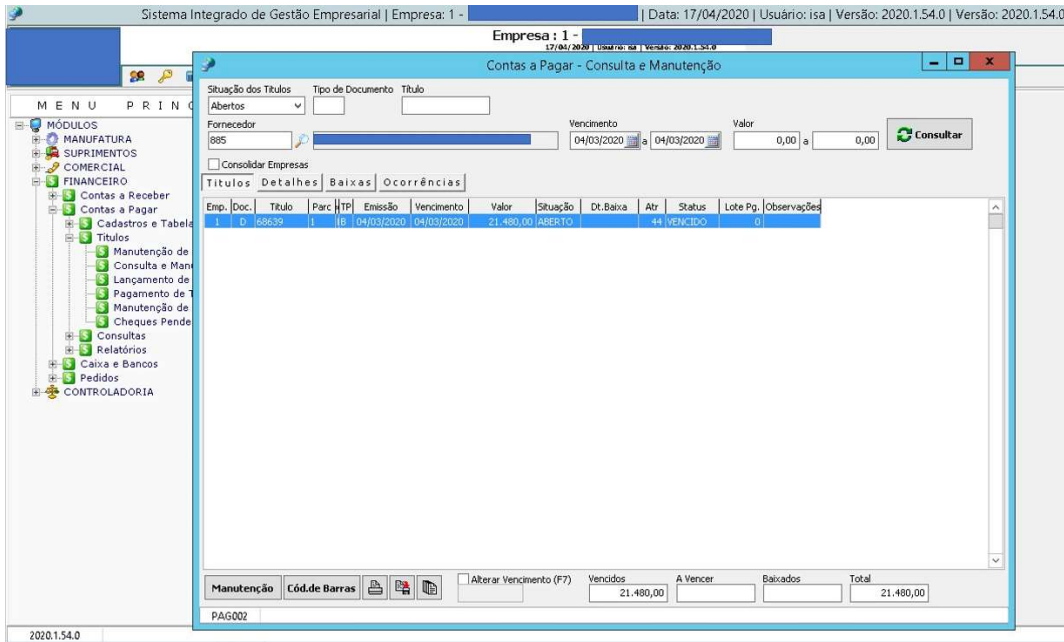
Figura 2: Razão do Estoque com Valor

Data	Doc	Esp.	Cod.Cli/For	Movto.	Vlr.Unit.	Vlr.Total	Entrada	Saída	Saldo
01/03/2020				Sd.Inicial					0,00
12/03/2020	41490	NFF	5757	COMPR	3,0000	9.240,00	3.080,000		3.080,00
02/04/2020	66324	NFF	23940	VND	4,8000	110,40		23,000	3.057,00
07/04/2020	66446	NFF	1836	VND	4,1500	95,45		23,000	3.034,00

Inicial : 0,000 Entradas : 3.080,000 Saídas : 46,000 Final : 3.034,000

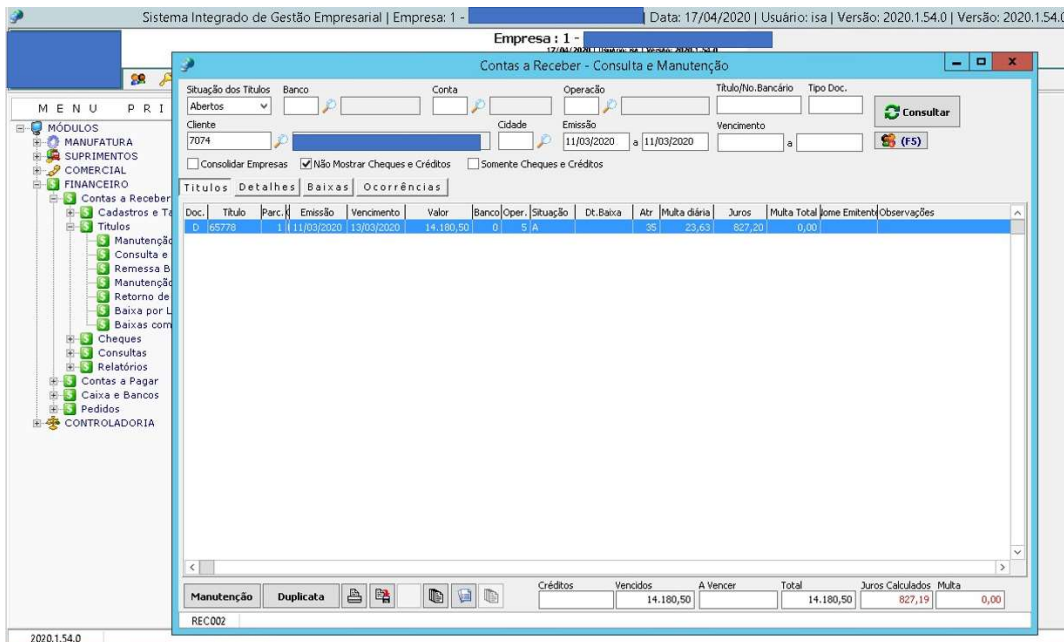
Fonte: Tela Sistema XXX

Figura 3: Contas a Pagar



Fonte: Tela Sistema XXX

Figura 4: Contas a Receber



Fonte: Tela Sistema XXX

Figura 5: Modelo de Plano de Contas Detalhado

Modelo de Plano de Contas Detalhado

Código da Conta	Descrição da Conta
1.	ATIVO
1.1	ATIVO CIRCULANTE
1.1.01	DISPONÍVEL
1.1.01.01	Caixa
1.1.01.02	Bancos c/ Movimento
1.1	01.03 Aplicações Financeiras
1.1.02	CONTAS A RECEBER
1.1.02.01	Clientes
1.1.02.02	Duplicatas a Receber
1.1.02.03	Coligadas e Controladas
1.1.02.04	(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos
1.1.02.05	(-) Duplicatas Descontadas
1.1.03	OUTROS CREDITOS
1.1.03.01	Títulos a Receber
1.1.03.02	Empréstimos a Receber
1.1.03.03	Cheques em Cobrança
1.1.03.04	Adiantamentos Salariais
1.1.03.05	Impostos a recuperar
1.1.04	ESTOQUES
1.1.04.01	Estoque de Mercadorias
1.1.04.02	Estoque de Material de Consumo
1.1.04.03	Estoque de Matéria Prima
1.1.04.04	Estoque de Produtos em Elaboração
1.1.04.05	Estoque de Produtos Acabados
1.1.05	DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE
1.1.05.01	Despesas Financeiras a Vencer
1.1.05.02	Propaganda e Publicidade a Vencer
1.1.05.03	Seguros a Vencer
1.1.05.04	Assinaturas a Vencer
1.2	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
1.2.01	DIREITOS A LONGO PRAZO
1.2.01.01	Consórcio de Veículos
1.2.01.02	Adiantamentos a Diretores
1.2.01.03	Empréstimo Mutuo entre Empresas
1.2.01.04	Contas a Receber de Diretores
1.2.01.05	Fundo de Reserva
1.2.01.06	LEASING
1.3	ATIVO PERMANENTE
1.3.01	INVESTIMENTOS

1.3.01.01	Participações em Outras Empresas
1.3.01.02	Investimentos Empresa "X".
1.3.01.03	Fundo de Investimento FINOR/FINAM
1.3.02	IMOBILIZADO
1.3.02.01	Terrenos
1.3.02.02	Edificações
1.3.02.03	Veiculos
1.3.02.04	Marcas Comerciais
1.3.02.05	Móveis e Utensílios
1.3.02.06	Reservas Florestais
1.3.02.07	(-) Depreciação Acumulada s/ Edificações
1.3.02.08	(-) Depreciação Acumulada s/ Veiculos
1.3.02.09	(-) Depreciação Acumulada s/ Móveis e Utensílios
1.3.02.10	(-) Exaustão Acumulada s/ Reservas Florestais
1.3.02.11	(-) Amortização Acumulada s/ Desp. Pré-Operacionais
1.3.03	DIFERIDO
1.3.03.01	Despesas Pré-Operacionais
1.3.03.02	Desp. c/ Pesquisa e Desenv. de Produtos
2	PASSIVO
2.1	PASSIVO CIRCULANTE
2.1.01	CONTAS A PAGAR
2.1.01.01	Fornecedores
2.1.01.02	Contas a pagar
2.1.02	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS
2.1.02.01	Financiamento p/ Ativo Circulante
2.1.02.02	Financiamento p/ Ativo Permanente
2.1.03	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS
2.1.03.01	Ordenados e Salarios a Pagar
2.1.03.02	Provisão p/ Férias
2.1.03.03	Provisão p/ 13 Salario
2.1.04	OBRIGAÇÕES PREVIDENCIARIAS
2.1.04.01	INSS a Recolher
2.1.04.02	FGTS a Recolher
2.1.04.03	IRFONTE a Recolher
2.1.05	OBRIGAÇÕES FISCAIS
2.1.05.01	ICMS a Recolher
2.1.05.02	IPi a Recolher
2.1.05.03	COFINS a Recolher
2.1.05.04	PIS a Recolher
2.1.05.05	ISS a Recolher
2.1.05.06	Provisãp p/ Imposto de Renda
2.1.05.07	Contribuição Social a Recolher
2.1.06	OUTRAS OBRIGAÇÕES
2.1.06.01	Energia Elétrica e Água a Pagar
2.1.06.02	Telefone a Pagar
2.1.06.03	Outras Contas a Pagar

2.1.07	VALORES RECEBIDOS ANTECIPADAMENTE
2.1.07.01	Adiantamentos de Clientes
2.2	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
2.2.01	OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO
2.2.01.01	Consórcios a Pagar
2.2.01.02	Financiamento p/ Ativo Permanente
2.2.01.03	Empréstimo Mutuo Entre Empresas
2.3	RESULTADOS DE EXERCICIOS FUTUROS
2.3.01	RESULTADOS DE EXERCICIOS FUTUROS
2.3.01.01	Receitas de Exercicios Futuros
2.3.01.02	(-) Custos/Despesas Exercicios Futuros
2.4	PATRIMONIO LIQUIDO
2.4.01	CAPITAL SOCIAL
2.4.01.01	Capital Subscrito
2.4.01.02	(-) Capital a Integralizar
2.4.02	RESERVAS DE CAPITAL
2.4.02.02	Reserva de Incentivos Fiscais
2.4.03	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO
2.4.03.01	Reavaliação de Ativos Próprios
2.4.03.02	Reavaliação Coligadas e Controladas
2.4.04	RESERVAS DE LUCROS
2.4.04.01	Reserva Legal
2.4.04.02	Reserva de Lucros a Realizar
2.4.05	LUCROS (OU PREJUIZOS) ACUMULADOS
2.4.05.01	Lucros Acumulados
2.4.05.02	(-) Prejuizos Acumulados
3	R E C E I T A S
3.1	RECEITAS OPERACIONAIS
3.1.01	RECEITA BRUTA DAS VENDAS
3.1.01.01	Venda de Mercadorias
3.1.01.02	Venda de Produtos
3.1.01.03	Venda de Serviços
3.1.02	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA
3.1.02.01	ICMS
3.1.02.02	COFINS
3.1.02.03	PIS
3.1.02.04	ISS
3.1.02.05	Devoluções s/ Vendas
3.1.03	RECEITAS FINANCEIRAS
3.1.03.01	Juros Ativos
3.1.03.02	Descontos Obtidos
3.1.03.03	Juros s/ Aplicações Financeiras
3.1.04	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
3.1.04.01	Despesas Recuperadas
3.2	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS
3.2.01	GANHOS DE CAPITAL

	3.2.01.01	Alienação do Ativo Permanente
	3.2.01.02	Alienação de Investimentos
	3.2.01.03	(-) Custo da Alienação do Ativo Permanente
	3.2.01.04	(-) Custo da Alienação de Investimentos
4		C U S T O S / D E S P E S A S
	4.1	CUSTOS/DESPESAS OPERACIONAIS
	4.1.01	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS
	4.1.01.01	Compra de Mercadorias
	4.1.01.02	Fretes s/ Compras
	4.1.01.03	(-) Devoluções s/ Compras
	4.1.02	CUSTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
	4.1.02.01	Água e Esgoto
	4.1.02.02	Compra de Matéria Prima
	4.1.02.03	Compra de Material de Consumo
	4.1.02.04	Compra de Combustíveis
	4.1.02.05	Compra de Material Secundário
	4.1.02.06	Depreciação s/ Edifícios Industriais
	4.1.02.07	Depreciação s/ Máquinas e Equipamentos
	4.1.02.08	Depreciação s/ Veículos
	4.1.02.09	Energia Elétrica
	4.1.02.10	FGTS
	4.1.02.11	INSS
	4.1.02.12	Ordenados e Salários
	4.1.02.13	Serviços de Terceiros
	4.1.02.14	Manutenção de Maq. e Equipamentos
	4.1.03	CUSTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
	4.1.03.01	Água e Esgoto
	4.1.03.02	Compra de Material de Consumo
	4.1.03.03	Compra de Combustíveis
	4.1.03.04	Depreciação s/ Edifícios
	4.1.03.05	Depreciação s/ Maq. Equipamentos
	4.1.03.06	Energia Elétrica
	4.1.03.07	FGTS
	4.1.03.08	INSS
	4.1.03.09	Ordenados e Salários
	4.1.03.10	Serviços de Terceiros
	4.1.04	DESPESAS C/ VENDAS
	4.1.04.01	Água e Esgoto
	4.1.04.02	Depreciação s/ Edifícios
	4.1.04.03	Depreciação s/ Móveis e Utensílios
	4.1.04.04	Depreciação s/ Veículos
	4.1.04.05	Devedores Duvidosos
	4.1.04.06	Energia Elétrica
	4.1.04.07	FGTS
	4.1.04.08	INSS
	4.1.04.11	Ordenados e Salários

4.1.05	DESPESAS ADMINISTRATIVAS
4.1.05.01	Depreciação s/ Veículos
4.1.05.02	Honorários Administrativos
4.1.05.03	INSS
4.1.05.04	Serviços Profissionais Contratados
4.1.05.05	Serviços de Terceiros
4.1.06	DESPESAS FINANCEIRAS
4.1.06.01	Juros Passivos
4.1.06.02	Despesas Bancárias
4.1.06.03	Juros e Comissões s/ Financiamentos
4.1.06.04	Descontos Concedidos
4.1.07	DESPESAS TRIBUTÁRIAS
4.1.07.01	IPTU
4.1.07.02	PIS s/ Receitas Operacionais
4.1.07.03	COFINS s/Receitas Operacionais
4.1.07.04	Contribuição Social s/ o Lucro
4.1.07.05	Imp. Renda da Pessoa Jurídica
4.2	DESPESAS NÃO OPERACIONAIS
4.2.01	PERDAS DE CAPITAL
4.2.01.01	Custo da Alienação do Ativo Permanente
4.2.01.02	(-) Alienação do Ativo Permanente
5	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
5.1	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
5.1.01.APURACÃO	DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
5.1.01.01	Apuração do Resultado do Exercício

Fonte: www.treasy.com.br